



Prefeitura do Município de Taquarituba

*Revogado
Lei 1219/99*

*Quinto nº 184/95
Quinto nº 186/95*

LEI Nº 1.034/94.
DE 13 DE DEZEMBRO DE 1.994.

"CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITUBA, Estado
de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e
eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Dá Finalidade

ARTIGO 1º- Fica criado o Conselho de Ali-
mentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal
na execução do programa de assistência e educação alimentar junto
aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental
mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos
e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe es-
pecificamente:

I- fiscalizar e controlar a aplicação dos
recursos destinados à merenda escolar;

II- promover a elaboração dos cardápios dos
programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares
do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos
in natura;

III- orientar a aquisição de insumos para os
programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da
região;

IV- sugerir medidas aos órgãos dos Poderes
Executivo e legislativo do Município, nas fase de elaboração e tra-
mitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do
orçamento municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na
legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentá-
rias especificadas para alimentação escolar;

Fixado no mural do Paço Municipal
Taquarituba SP 13/12/94

Fixado no Jornal: *Sudaste do Estado*
de 24/12/94



Prefeitura do Município de Taquarituba

- FLS. II-

V- articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais;

VI- fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII- articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII- realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX- realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X- exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI- realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XII- promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIII- levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa no Município.

PARÁGRAFO ÚNICO- A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município.

CAPÍTULO II

Da Composição do Conselho

ARTIGO 2º- O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I- o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II- 1(um) representante da Associação Comercial;

III- 1(um) representante dos professores das escolas municipais;

IV- 1(um) representante de pais de alunos;



Prefeitura do Município de Taquarituba

- FLS. III -

V- 1(um) representante dos trabalhadores rurais do Município.

§ 1º- A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º- A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 3º- O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.

§ 4º- Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.

§ 5º- No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º- O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º- Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificacão, a 2(duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4(quatro) alternadas.

§ 8º- Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

ARTIGO 3º- O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2(dois) anos que poderá ser renovado.

ARTIGO 4º- O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

ARTIGO 5º- As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III Disposições Finais

ARTIGO 6º- O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I- recursos próprios do Município consignados no orçamento anual e suplementados se necessário;

II- recursos transferidos pela União e pelo Estado;



Prefeitura do Município de Taquarituba

- FLS. IV -

III- recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

ARTIGO 7º- O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30(trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

ARTIGO 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Taquarituba, 13 de dezembro de 1.994.

DR. ARNON FIRMO DE MELO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da P.M., data supra.


LEONICE VAZ
Resp/ pela Secretaria